



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXXIV CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PROVA ESCRITA PRELIMINAR – 31.01.2016

PROVA

ESCRITA

PRELIMINAR

31/01/2016



Ponto sorteado: 8(oito)

1ª Questão – Direito Penal (Valor: 4 pontos)

Cássio, assíduo cliente do Supermercado “Prime”, quando se encontrava promovendo suas compras do mês, foi surpreendido pelo anúncio sonoro acerca de uma promoção relâmpago de um renomado vinho tinto, que teria desconto de 50 por cento de seu valor original de R\$ 500,00 (quinhentos reais). Isso para todos aqueles que conseguissem levar o produto ao balcão de descontos para colocação do selo de abatimento do preço.

No afã de ser beneficiado pelo anunciado desconto, Cássio rapidamente se dirige ao setor correspondente, e consegue apanhar a última garrafa disponível, colando o necessário selo promocional.

Aliviado, Cássio desvia sua atenção para a continuidade de suas compras, mas, ao retornar do curto período em que se distanciou de seu carrinho, acaba por constatar que alguém teria sorrateiramente dele retirado o desejado vinho com o selo de desconto.

Ao procurar a gerência e comunicar o inusitado fato, Cássio foi levado ao recinto de monitoramento do mercado, onde, após analisar as imagens, identificou uma senhora idosa, que, aproveitando-se da distração de Cássio, teria retirado de seu carro de compras a última garrafa de vinho com o selo promocional, correndo ao caixa prioritário, onde promoveu o pagamento do produto com seu cartão de débito, tomando rumo ignorado em seguida.

Comunicada do fato, a polícia consegue, com auxílio das imagens do circuito interno e análise da fatura de compra cedida pelo supermercado, identificar a astuta senhora como sendo Cremilda de tal, levantando-se também seu endereço.

Intimada a depor em sede policial, Cremilda, do alto de seus 73 anos, admitiu sem remorsos todo o ocorrido, esclarecendo não ter resistido ao fato de ser aquele o último vinho com selo de promoção, tendo consumido o produto naquele mesmo dia.

Considerando que Cássio não conseguiu levar outro vinho com abatimento do preço, e que o supermercado nenhum prejuízo sofreu, indaga-se sobre a relevância penal da conduta perpetrada por Cremilda.

Resposta objetivamente fundamentada.



Ponto sorteado: 8(oito)

2ª Questão – Direito Penal (Valor: 4 pontos)

No dia 05 de Novembro de 2015, Talles, professor de natação, encontrava-se na praia, aproveitando suas férias e contemplando o pôr do sol, momento em que iniciou uma áspera discussão, via telefone, com Zelita, sua temperamental namorada. Em meio aos impropérios que ouvia, Talles percebeu que uma criança de aproximadamente 05 anos e uma mulher adulta debatiam-se na água e clamavam por socorro, numa evidente situação de afogamento, em razão da repentina mudança da correnteza. Nessa oportunidade, Talles comunicou a Zelita que precisaria interromper a ligação telefônica para ajudar o infante e a jovem mulher, mas ouviu, espantado, sua interlocutora, aos berros, dizer: “Não desligue! Que morram afogados! Desligar é que você não pode!”

Temendo uma reação ainda mais hostil de sua namorada, Talles optou por quedar-se inerte, dando seguimento àquela estéril “discussão de relação” à distância. Pouco tempo depois, quando o menor já sem vida e a mulher haviam sido retirados do mar por pessoas que estavam distantes e posteriormente os socorreram, Talles aproximou-se da triste cena e, atônito, reconheceu a vítima sobrevivente, mãe do menor, com quem mantivera ligeiro caso amoroso no passado.

Sob impacto da desgraça, a jovem virou para Talles e, num misto de ira e perplexidade, revelou-lhe que o menino morto era seu filho, fruto daquele intenso, porém efêmero, “amor de carnaval” no ano de 2010. Comprovado o parentesco revelado, tipifique, à luz da legislação vigente, as condutas de Talles e Zelita.

Resposta objetivamente fundamentada.

3ª Questão – Direito Penal (Valor: 4 pontos)

Quando se tem iniciada a execução nos crimes omissivos impróprios? É possível falar na chamada “tentativa qualificada” nessa espécie de delito?

Resposta objetivamente fundamentada.



Ponto sorteado: 8(oito)

4ª Questão – Direito Processual Penal (Valor: 4 pontos)

Orlando, Romero, José Maria e Gibson são investigados pelo Ministério Público por supostos crimes de lavagem de capitais e organização criminosa. No curso do procedimento investigatório criminal, constituem o advogado Rui Barbosa, o qual atravessa petição requerendo o acesso integral aos autos de investigação, bem como passar a ser intimado, a partir daquele momento, para todos os atos de colheita de depoimentos que vierem a ser praticados, isso com fulcro no art. 7º, XIV e XXI, do Estatuto da OAB.

Qual deve ser a decisão do Promotor que preside a investigação? Os depoimentos das testemunhas, que eventualmente forem prestados sob a intervenção do advogado dos investigados no curso do procedimento, poderiam ser utilizados como prova no processo, na hipótese de essas testemunhas não terem sido ouvidas em juízo?

Resposta objetivamente fundamentada.

5ª Questão – Direito Processual Penal (Valor: 4 pontos)

O instituto da delação premiada é compatível com os princípios reitores da ação penal de iniciativa pública?

Resposta objetivamente fundamentada.

6ª Questão – Direito Eleitoral (Valor: 4 pontos)

Durante a campanha eleitoral para as eleições municipais, o partido político PPY ingressou com uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral contra o candidato a Prefeito do Partido PPW e seu Vice, pela prática de abuso de poder político, tendo postulado a cassação do registro ou do diploma e a decretação da inelegibilidade por oito anos.

Finda a instrução, ocasião em que os representados já tinham sido eleitos e diplomados, o Juiz Eleitoral competente, apesar de reconhecer que os demandados foram beneficiados pela prática dos atos abusivos imputados, julgou improcedentes os pedidos, em razão de não ter sido comprovada a participação subjetiva dos representados.

Na qualidade de Promotor Eleitoral, em atuação como *custos legis*, analise a Sentença prolatada.

Resposta objetivamente fundamentada.



Ponto sorteado: 8(oito)

7ª Questão – Direito Civil (Valor: 4 pontos)

Faça a distinção entre os planos da existência, validade e eficácia dos negócios jurídicos.

Resposta objetivamente fundamentada.

8ª Questão – Direito Civil (Valor: 4 pontos)

Quais são as diferenças, quanto aos efeitos, entre o pagamento indevido regido pelo Código de Defesa do Consumidor e pelo Código Civil?

Resposta objetivamente fundamentada.

9ª Questão – Direito Civil (Valor: 4 pontos)

Em matéria de contrato de transporte aéreo internacional, as cláusulas de limitação de responsabilidade civil previstas na Convenção de Varsóvia e no Pacto de Montreal são oponíveis ao consumidor?

Resposta objetivamente fundamentada.

10ª Questão – Direito Processual Civil (Valor: 4 pontos)

Em ação envolvendo direito individual disponível, no momento da citação do locatário, o oficial de justiça verifica sua impossibilidade de receber o mandado, diante de aparente deficiência mental, o que é devidamente certificado, constando que, segundo informado por sua família, tal quadro era recente e não havia processo de interdição. O Juiz nomeia um médico e é constatada a incapacidade mental permanente, não sendo obtida qualquer manifestação volitiva ou forma de comunicação do citando, o que faz com que lhe seja nomeado curador restrito àquela causa, para realizar sua defesa. Pergunta-se: a) o Ministério Público deve intervir no processo (em caso positivo, desde qual momento)? b) como fica a representação processual no polo passivo do processo? c) esse procedimento médico dispensa a realização de perícia em eventual processo de interdição?

Resposta objetivamente fundamentada.



Ponto sorteado: 8(oito)

11ª Questão – Direito Processual Civil (Valor: 4 pontos)

Identifique e explique as peculiaridades que envolvem o interesse recursal do Ministério Público no processo coletivo, adotando como parâmetros as formas de atuação no primeiro grau de jurisdição.

Resposta objetivamente fundamentada.

12ª Questão – Direito Empresarial (Valor: 4 pontos)

Qual é o efeito da decisão de processamento da recuperação judicial sobre as execuções fiscais em curso em que figura como executada a recuperanda?

Resposta objetivamente fundamentada.

13ª Questão – Direito Empresarial (Valor: 4 pontos)

A sociedade “A” e a sociedade “B” celebraram um contrato de sociedade em conta de participação para explorar um empreendimento imobiliário. A sociedade “A” é a sócia ostensiva e contribuiu com os recursos necessários à construção e venda do imóvel. A sociedade “B” contribuiu com um terreno de sua propriedade, onde estava sendo realizado o empreendimento imobiliário. No curso da construção, a sociedade “A” teve a sua falência decretada. O administrador judicial arrecadou o terreno e a sociedade “B” ajuizou pedido de restituição para reaver o terreno. Como deveria opinar o membro do Ministério Público sobre o pedido da sociedade “B”?

Resposta objetivamente fundamentada.

14ª Questão – Direito Constitucional (Valor: 4 pontos)

Determinada instrução normativa da Secretaria do Tesouro Nacional, que criou obrigações e restringiu direitos, foi considerada, pelo Congresso Nacional, exorbitante do poder regulamentar, daí resultando a sua sustação.

À luz da sistemática constitucional brasileira, é possível que esse ato do Congresso seja objeto de ação direta de inconstitucionalidade, a ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal?

Resposta objetivamente fundamentada.



Ponto sorteado: 8(oito)

15ª Questão – Direito Constitucional (Valor: 4 pontos)

Renomado professor foi instado a se manifestar a respeito de algumas temáticas afetas ao processo de responsabilização dos governadores por crime de responsabilidade. Considerando a divisão constitucional de competências e o princípio da simetria, concluiu que a Constituição Estadual não pode incursionar nessa temática em hipótese alguma, que o julgamento deve ser realizado pela Assembleia Legislativa, e que o período de inabilitação, na hipótese de condenação, é rigorosamente idêntico àquele aplicado ao Presidente da República. Essas conclusões mostram-se consentâneas com o entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal a respeito dessa temática?

Resposta objetivamente fundamentada.

16ª Questão – Direito Constitucional (Valor: 4 pontos)

Indique os alicerces estruturais da proibição de insuficiência e sua funcionalidade na ordem constitucional brasileira, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Resposta objetivamente fundamentada.

17ª Questão – Direito Administrativo (Valor: 4 pontos)

Climério, por si e representando seus filhos menores, enceta, no início de 2015, através da Defensoria Pública, ação de responsabilidade civil em face do Município de Campo Verde, alegando que o ente público, ainda em 2010, concedera licença para a instalação de um aviário nas proximidades de sua residência, deixando de fiscalizá-lo de forma adequada, o que lhes teria acarretado danos materiais e morais em razão não só do desconforto causado pelo mau cheiro, como também em razão de doenças decorrentes das más condições sanitárias. Comprova-se nos autos que o Município, a pedido do interessado, havia prontamente instaurado, em 2010, um processo administrativo, ainda não findo no momento do ajuizamento da ação. Logo no início do referido processo administrativo, apesar da conformação da atividade à lei de zoneamento urbano, fora produzido laudo, por parte do próprio ente público, dando conta de que as condições do local eram, de fato, inadequadas. Em sua defesa na ação de responsabilidade civil, o Município alega: i) que a sua responsabilidade é subsidiária; ii) que a hipótese, no que diz respeito ao Poder Público, é de falta anônima do serviço e que, nesse caso, não agira culposamente, posto que instaurara imediatamente processo administrativo; iii) que o ato de concessão de licença era válido, uma vez que ficara constatado naquela ocasião o cumprimento de todas as demais condições de licenciamento pelo estabelecimento, fato esse, todavia, não



Ponto sorteado: 8(oito)

comprovado nesses autos nem no processo administrativo. Como o membro do Ministério Público deveria opinar nos autos sobre os pontos da defesa do Município?

Resposta objetivamente fundamentada.

18ª Questão – Direito Administrativo (Valor: 4 pontos)

Estabeleça a distinção entre o contrato de concessão de serviço público e o mero contrato administrativo de prestação de serviços, fornecendo um exemplo de cada caso. Explícite as características de cada figura contratual no que diz respeito ao seu regime jurídico e à relação que o prestador do serviço estabelece com o Poder Público e com o usuário.

Resposta objetivamente fundamentada.

19ª Questão – Direito Tributário (Valor: 4 pontos)

Com base na legislação, doutrina e jurisprudência pátrias, disserte sobre os requisitos necessários para inclusão de diretor de pessoa jurídica de direito privado no polo passivo de execução fiscal.

Resposta objetivamente fundamentada.

20ª Questão – Direito da Infância e Juventude (Valor: 4 pontos)

À luz da Lei nº. 8.069/90, é possível o ingresso, em boate, de criança acompanhada dos pais, sem alvará judicial?

Resposta objetivamente fundamentada.

21ª Questão – Direito da Infância e Juventude (Valor: 4 pontos)

Pode ser decretada a revelia de adolescente que responde a ação socioeducativa?

Resposta objetivamente fundamentada.

22ª Questão – Tutela Coletiva (Valor: 4 pontos)

Promotor de Justiça com atribuição para a tutela coletiva recebe notícia de que, conforme orientação da Secretaria Municipal de Saúde, agentes de endemias que atuam no combate ao mosquito *Aedes aegypti* deixam de inspecionar imóveis cujos moradores lhes recusam acesso. Há providência a ser adotada pelo Ministério Público diante da política pública municipal?

Resposta objetivamente fundamentada.



Ponto sorteado: 8(oito)

23ª Questão – Tutela Coletiva (Valor: 4 pontos)

Pode ser celebrada transação em sede de ação civil pública por ato de improbidade administrativa?

Resposta objetivamente fundamentada.

24ª Questão – Princípios Institucionais do MP (Valor: 4 pontos)

Em que hipóteses o Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro pode atuar como órgão de execução?

Resposta objetivamente fundamentada.

25ª Questão – Princípios Institucionais do MP (Valor: 4 pontos)

É válida denúncia ofertada por Promotor de Justiça durante o período de férias, com base em inquérito recebido antes do início do seu gozo?

Resposta objetivamente fundamentada.